

POLÍTICA E RELIGIÃO SOB A PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Thaiane Firmino da Silva, Jose Estevao Machado Arcanjo

É sabido que as Ciências Sociais se preocupam com a religião como um fenômeno político, sobretudo em razão desta apresentar caráter ético-normativo que viabiliza o estabelecimento de parâmetros comportamentais atemporais (WEBER, 2004). Não por acaso, em diversos momentos no transcurso da história é axiomática a mescla entre autoridade secular e religiosa - associação que passou a ser ponderada durante o século XVII, por ocasião de esforço intelectual europeu responsável às guerras religiosas. Decorre disso a posterior separação entre Estado e Igreja, e o primeiro passa a marcar não apenas vigorosa afirmação nos planos econômico e político, mas se afirma como instância de poder autônoma (MATA, 2008). No entanto, atualmente a religião tem assumido papel preponderante no contexto político mundial, inclusive no Brasil. Apesar de não se tratar de um fenômeno novo, sobretudo nas terras brasileiras, onde nos anos 1930, 1950 e 1960 foram registradas amplas ligações entre essas esferas, é evidente que o acontecimento passível de observação retornou com robustez ao universo da política nacional. A reaproximação ocorre poucas décadas após a promulgação da Constituição Federativa do Brasil (1988), por meio da qual ficou estabelecida a separação entre política e religião, uma vez que o Estado passou a ter atuação mais ampla. Segundo Mata (2008, p. 238), porém, isso pode ser explicado pelo fato de que "o Estado não foi capaz de produzir "valores e verdades" que substituíssem plenamente aqueles aos quais minara" ao desvincilar-se da religião. Por esse motivo, conforme Pierucci (2011), esta última - a despeito de todas as sentenças de morte - continua a dispor de considerável poder. Para ele, a religião moderna acopla mecanismos extra-eclesiásticos e, por isso, transita em todas as esferas humanas, inclusive, a política.

Palavras-chave: política. religião. ciências sociais. ciência política.